



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

ATA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Procedimento Investigatório Preliminar 002/2019
Interessado: Marcos Antônio Ferreira da Luz
483/2019 - SIGEP

Aos oito dias do mês de novembro de 2019, às oito hora e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Jataí, sito à praça da Bandeira, nº 96 – Centro, se reuniu o Conselho de Ética, por sua maioria, Ver. Pr. Luiz Carlos (Presidente), Ver. Maria Aparecida - CIDA (Relatora), estando ausente o Ver. Adilson Carvalho, membro, para deliberar sobre o requerimento protocolado sob o nº 882/2019, no dia **07/11/2019** as **16h49**, pelo vereador Marcos Antônio Ferreira da Luz, no qual requer o adiamento da audiência de instrução e a inquirição da testemunha Flávia Carreiro Albuquerque Moraes, de acordo com o art. 454, VI, do CPC. Considerando que o protocolo ocorreu no encerramento do expediente do dia de ontem, e que a deliberação sobre o mesmo é prejudicial à ocorrência da audiência designada para a data de hoje, os membros do conselho decidem que: a despeito dos argumentos utilizados na petição do representado pedindo o adiamento da referida audiência não encontrar amparo na legislação sobre o tema, pois apesar de haver duas publicações de edital de notificação/intimação, sendo a primeira dia 31/10/2011 e a segunda em 01/11/2019, por excesso de zelo, o prazo de cinco dias para defesa prévia inicia a partir da primeira publicação, conforme determinação do DL 201/67, aplicável no que couber aos processos de perda de mandato de vereadores, sendo a segunda publicação medida que apenas reforçar a publicidade do ato. Contudo, **como não haverá prejuízo ao processo e para que não haja alegação de cerceamento de defesa, decidimos acatar o recebimento da defesa prévia até o dia 08/11/2019 e ainda não realizar na presente data a oitiva das testemunhas, remarcando a audiência que ocorreria hoje para o dia 14/11/2019, as 9h**, na sede da câmara municipal. Ainda sobre o petitório retro, a oitiva da parlamentar federal requerida pelo REPRESENTADO se mostra meramente protelatória, tendo em vista que o objeto de prova diz respeito a exigência e recebimento pelo representado de parte da remuneração dos servidores lotados em seu gabinete, e a referida testemunha não fez parte dos seus quadros e ainda, até o presente momento, a DEFESA não demonstrou a pertinência e imprescindibilidade da oitiva desta testemunha no que diz respeito aos fatos apurados no presente processo ético disciplinar. O artigo 370 do NCPD aduz que: “Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito. Parágrafo único. **O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.**”, nesse sentido, como a defesa não demonstrou a pertinência da presente testemunha e sua ligação com os fatos apurados no presente processo ético disciplinar, e a mesma não tem relação direta com os fatos apurados, a oitiva pessoal desta testemunha não obsta a prossecução do feito. Podendo ser realizada por vídeo conferência, ou meio previsto em lei, até o encerramento da

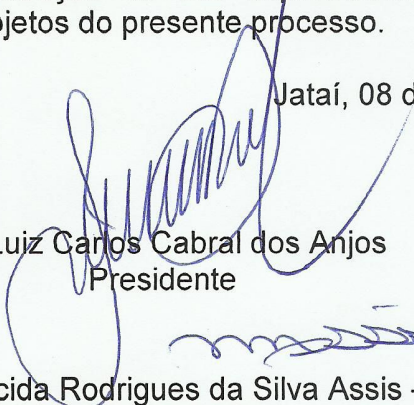



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

instrução, havendo demonstração de sua imprescindibilidade, devendo se manifestar sobre os fatos objetos do presente processo.

Jataí, 08 de novembro de 2019.


Pr. Luiz Carlos Cabral dos Anjos
Presidente


Maria Aparecida Rodrigues da Silva Assis – Cida
Relatora